

13 MAI 1987

Delírio especulativo

1012.
Aue

A remuneração do mercado aberto registrando 44,9 por cento ao mês, as disparidades de preços apresentando simultaneamente diferenciais de até cem por cento na oferta de bens de consumo duráveis, a inflação emplacando acima de vinte pontos ao mês, os juros anuais escalando a casa dos dois mil por cento, as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro partindo para demissões em massa, as microempresas numa reação coletiva buscando meios para enfrentar o esmagamento pelo sistema bancário e as greves por maiores salários constituem algumas das sinalizações expressivas que apontam para os caminhos da recessão, por onde a Nação está sendo conduzida, inexoravelmente, para os destinos insondáveis da hiperinflação.

Se se persistir nesse processo sem reação adequada, os brasileiros estarão condenados a penas cruéis que alcançarão cada indivíduo, cada família, cada comunidade e por arrastamento global toda a Nação.

Por tudo isso é preciso reagir. Faz-se necessário adotar uma atitude coerente que organize um processo solidário, unindo o povo, as entidades representativas da sociedade e as forças políticas num pacto social com o Governo, para o qual, sem exceção, todos deverão contribuir com esforços multiplicados e vontade inarredável para exorçizar a adversidade. Não pode haver indiferentes, nem os omissos serão tolerados nessa busca de salvação, onde cada cidadão tem uma missão a cumprir e uma obrigação a executar.

O estudante e o trabalhador. O empresário e o profissional libe-

ral. A dona-de-casa, a empregada doméstica, a servidora pública e a mulher empresária. Ninguém poderá distinguir-se nas respectivas esferas de ação, oferecendo-se em doação máxima na contribuição ao bem comum. O industrial, o comerciante, o produtor rural e o prestador de serviços devem medir e avaliar o grau de importância da respectiva intervenção no processo gerador de riquezas para conscientizar-se de que uma das vertentes que pode contribuir para resolver a grande equação do desenvolvimento estável passa, necessariamente, pela área de atuação de cada um desses segmentos do processo econômico.

O que a sociedade indaga, entre perplexa e incrédula, é sobre a participação de cada um desses setores, diante do desvario a que o Brasil vem sendo conduzido por força das reações primárias da ambição imprudente e da ominosa devolução, numa primária estratégia que fatalmente levará a ruína para toda a Nação.

Como compreender e aceitar a desataviada obsessão em lucrar acima e além do economicamente admissível e do moralmente aceitável. Se as remarcações de preços avançam sobre quaisquer níveis financeiros, numa acintosa provocação ao equilíbrio.

Sobras de razão tem o presidente José Sarney no desabafo a que se obrigou, diante das tabelas de custos hipertrofiadas que chegaram ao seu conhecimento. "Alguns setores do empresariado brasileiro não têm cultura para viver num sistema de preços liberados", afirmou o Chefe da Nação, constatando que "a inflação especulativa está a um nível insuportável, intolerável".

Diante dessa realidade chocante o Presidente determina ao Consultor-Geral da República que recorra aos estoques de emergência de uma legislação que redimensione a reação do Estado para com os abusos do poder econômico, indo buscar uma diplomacia legal que possa enfrentar os gananciosos que atuam na economia popular e que respondem direta ou solidariamente pelas ações desestabilizadoras no mercado, artificializando uma crise que vai muito além de suas verdadeiras dimensões por ação onzenária, em busca do lucro fácil.

Com essa finalidade, o Poder Executivo vai encaminhar ao Congresso Nacional uma série de medidas legislativas, solicitando o respaldo do Parlamento para dar início a uma nova etapa nestes tempos de transição democrática, impondo uma legislação crítica e que tenha eficácia para coibir abusos, restabelecendo a normalidade do processo de trocas, com a economia de escala funcionando harmoniosamente.

Da Assembléia Nacional Constituinte espera-se que ao estruturar constitucionalmente a ordem econômica do País o faça com as cautelas devidas para defender a Nação contra as posições de domínio que determinados segmentos do empresariado assumem em detrimento dos interesses comuns da esmagadora maioria.

Já é tempo de dar um basta definitivo a esses insensíveis contra os quais a sociedade e o Estado ainda não encontraram meios e modos hábeis para anulá-los em seus propósitos e puni-los em suas ações ruinosas.